

Relatório final da CPI do Descarte de Materiais Contaminantes pede nova investigação

Comissão apontou falhas no controle de resíduos e recomenda reforço da fiscalização

BRUNA SAMPAIO/DIVULGAÇÃO ALESP



De acordo com os dados levantados pela comissão, 97,54% das cidades realizam a coleta de resíduos hospitalares.

Da Redação

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Lixões e dos Materiais Contaminantes da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, por unanimidade, o relatório final dos trabalhos e concluiu que há falhas nos mecanismos de controle e rastreabilidade de resíduos perigosos no estado. O documento aponta problemas na fiscalização do transporte e da destinação final de materiais como medicamentos, equipamentos eletroeletrônicos e resíduos de serviços

de saúde, além de recomendar mudanças nos sistemas de monitoramento e a instalação de uma nova comissão para dar continuidade às investigações.

Segundo o relatório, a CPI identificou inconsistências nos sistemas utilizados para acompanhar a movimentação e o tratamento desses resíduos. Entre os principais problemas encontrados estão divergências de peso nos balanços de massa apresentados por empresas responsáveis pelo tratamento dos materiais e o recebimento de cargas sem o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR),

documento obrigatório para registrar e acompanhar a circulação de resíduos sólidos. Na avaliação dos parlamentares, essas falhas dificultam a rastreabilidade dos materiais e reduzem a capacidade dos órgãos públicos de verificar se os resíduos estão recebendo a destinação adequada. O documento destaca que a ausência de controles automatizados dificulta a identificação de irregularidades e limita a atuação da fiscalização.

Como uma das principais recomendações, a CPI propõe a implantação de mecanismos eletrônicos capazes de identi-

ficar automaticamente inconsistências nas operações registradas. A sugestão é que o Sistema Estadual de Gerenciamento Online de Resíduos Sólidos (Sigor) passe a emitir alertas quando forem detectadas cargas sem documentação obrigatória ou movimentações incompatíveis com a capacidade licenciada das empresas responsáveis pelo tratamento dos resíduos.

O relatório também analisou a gestão dos resíduos de serviços de saúde nos municípios paulistas. De acordo com os dados levantados pela comissão, 97,54% das

cidades realizam a coleta de resíduos hospitalares. Apesar disso, menos da metade possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), instrumento utilizado para organizar procedimentos de segregação, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final desses materiais.

Diante desse cenário, os deputados defendem a atualização da Política Estadual de Resíduos Sólidos. A proposta busca ampliar os mecanismos de fiscalização e aumentar a transparência na gestão dos resíduos potencialmente contaminantes gerados por hospitais e clínicas.

Ao longo dos trabalhos, a CPI realizou audiências, ouviu representantes de empresas do setor e analisou documentos relacionados à operação de unidades de tratamento de resíduos. Os parlamentares afirmam que parte das empresas fiscalizadas não apresentou integralmente informações consideradas necessárias para o aprofundamento das investigações, como dados societários e operacionais.

O relatório registra ainda que a reorganização partidária ocorrida durante o período de funcionamento da comissão reduziu em cerca de 60 dias o prazo efetivo de atuação da CPI. Por esse motivo, a comissão recomendou a criação de uma nova CPI para dar continuidade às apurações.

Inscrições para 870 vagas em cursos gratuitos até dia 9

DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SP

Da Redação

Os interessados em participar dos cursos gratuitos do programa Qualifica SP têm até o dia 9 de agosto para realizar a inscrição pela plataforma Trampolim. Ao todo, são oferecidas 870 vagas em diferentes áreas de formação profissional, sendo 540 presenciais e 330 na modalidade online. As aulas estão previstas para começar em 24 de agosto.

A iniciativa é para quem busca o primeiro emprego, deseja mudar de área de atuação ou pretende ampliar a qualificação profissional. As inscrições são feitas pelo site da plataforma Trampolim, com acesso por meio da conta Gov.br.

Os cursos são promovidos

pelo Centro Paula Souza (CPS) e pela Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT). As oportunidades estão distribuídas em diferentes regiões do estado de São Paulo e contemplam setores com demanda por trabalhadores.

Entre as opções disponíveis estão Assistente Administrativo, Operador de Caixa, Informática Básica, Recepção e Atendimento, Cuidador de Idosos, Confeitaria, Panificação, Barbearia, Corte e Costura, Manicure e Pedicure, Auxiliar de Veterinário e Metrologia. Na modalidade online, há cursos como Aplicação de Banco de Dados, Arquitetura de Sistemas, Gestão de Projetos de TI, Programação Mobile, Programação Orientada a Objetos e Programação Web.

Do total de vagas, 660 são

destinadas à modalidade Novo Emprego, voltada para pessoas de 25 a 59 anos que buscam qualificação para ingressar em uma nova atividade profissional. Outras 210 vagas fazem parte da modalidade Meu Primeiro Emprego, direcionada a jovens de 16 a 24 anos em busca da primeira oportunidade no mercado de trabalho. Caso a procura seja maior que o número de vagas, terão prioridade pessoas com deficiência, jovens, desempregados e candidatos de baixa renda.

Para participar, é necessário ser alfabetizado, morar no estado de São Paulo e atender à faixa etária exigida pelo curso escolhido. Os selecionados receberão por e-mail as informações sobre as turmas e os locais.



Candidatos podem escolher 27 opções de cursos gratuitos